

Francisco Madeira, a visibilidade de um comerciante negro no pós-abolição: economia e mobilidade em Nova Iguaçu.

Álvaro Pereira do Nascimento
(UFRRJ)

Resumo

A trajetória de Francisco Madeira permite visibilizar a história de um negro que, como tantos outros, poderia ser inadvertidamente entendida como a de um branco. Trago aqui os resultados das primeiras pesquisas realizadas em busca dessa história, que partiu de uma entrevista a sua filha, já idosa, passando por matérias em jornais e documentos do Ministério da Agricultura. Ele nasceu no bairro de Cabuçu, cidade de Nova Iguaçu, envolveu-se na Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, foi produtor de laranjas, empresário no ramo de comércio internacional de cítricos e, em sua queda, proprietário de um botequim em sua cidade natal.

Artigo:

Alguns depoimentos de negros da terceira idade ilustram todo esse sistema produtivo.¹ A senhora Almerinda Madeira nasceu na localidade conhecida por Cabuçu, que tinha difícil acesso até o centro de Nova Iguaçu, onde havia escolas e igreja que permitiam acesso à educação e à inserção na vida social junto a outros produtores. Bem cedo ela já trabalhava na embalagem junto a seu pai, que era dono de um sítio e de caminhões para transporte. Ela contou que seu pai beneficiava suas laranjas em um Barracão de exportação.

No que tange à comercialização do produto, D. Almerinda conta que seu pai encabeçava as negociações chegando mesmo a viajar para a Argentina – um dos principais países importadores – para vender seu produto. Como possuía terras, ele também aceitava famílias de migrantes que passavam a trabalhar como meeiros. D. Almerinda conta que ao chegarem, construíam casas de sapê e começavam a trabalhar na produção.

¹ Tais depoimentos encontram-se no Laboratório Memórias da Baixada Fluminense, do Campus Nova Iguaçu, da UFRRJ.

Para ela, seu pai era um homem “rico, [...] um dos exportadores de laranja mais ricos que havia [...]”. Afinal, dizia ela, “quem tem vários empregados é um pouquinho rico, né?”² Não à toa, seu pai comprou propriedades e trouxe a família para o centro da cidade de Nova Iguaçu, no sentido de dar melhor educação aos filhos – uma delas foi para o Rio de Janeiro estudar e tornou-se funcionária de carreira do Poder Judiciário. A família passou a ter uma vida mais confortável só perdendo esse status com a decadência da atividade na década de 1940, como veremos.

O pai de D. Almerinda chamava-se Francisco Caetano Madeira, um homem “preto, crioulo mesmo”, como ela disse na entrevista. Pesquisando a trajetória desse comerciante, notamos que sua vida revela mais elementos das possibilidades de ascensão de homens negros nesse período pós abolição. Os dados ainda estão sendo cruzados com outras fontes, mas o que a pesquisa em jornais e documentos das repartições federais trouxe-nos até agora é, realmente, bastante interessante.

A primeira notícia que temos dele foi de uma participação na Revolta de Copacabana, em 1922. A manchete “Os fugitivos de Copacabana” revelava que “no lugar Cabumçu (sic), em Nova Iguaçu” dois soldados haviam sido presos. Um grupo de sargentos pegou o trem até aquela longínqua estação ferroviária e andou mais duas léguas e meia para prendê-los. Os soldados Plínio Cassiano de Paula José de Paula e Francisco Caetano Madeira escondiam-se numa “casinha de sapê no meio de um capinzal”. Não apresentaram resistência e foram levados para um quartel do Exército

² Encontramos outros depoimentos que nos levam a perceber algo que já era comum nos tempos da escravidão, mas que demorou a ser tratado com mais detalhamentos: o emprego de escravos por outros negros escravos os ex-escravos. Agora livres, esses homens seguiam os mesmos caminhos de outrora e sem uma ideologia que representasse o apoio de negros a outros negros. Afinal eram homens comuns que estavam procurando caminhos para a sobrevivência. Um caso que talvez revele empregados negros de Francisco Madeira é um depoimento de dona B. Ela também nasceu em Cabuçu, mas nunca saiu dali. Seus pais eram filhos de casamentos de pessoas de cores diferentes, e parece ter sido uma marca na família. Seus avós paternos e maternos eram brancos, negros e até um estrangeiro. Sua proximidade com a escravidão está atrelada à história de vida de sua mãe, cujo pai era filho de escrava com senhor de engenho. Já seu pai era homem “claro”, por ser filho de espanhol com brasileira. D. B. disse ainda que seu pai migrou de “Bananal de São Paulo”, região localizada no Vale do Paraíba e limítrofe ao Rio de Janeiro, também sensível à decadência da cultura do café. Ele parece se encaixar na categoria meeiro, descrito por D. Almerinda. Trabalhava nas terras de um proprietário português e cuidava de uma área do “sítio”. No espaço de responsabilidade da família havia plantações de subsistência e criação de animais como galinhas e porcos – o que provocava muitas doenças, como o “bicho de pé”. D. B trabalhava na limpeza dos laranjais assim como boa parte dos seus irmãos, o que parece ter sido realidade de muitas crianças nesse período. Ela ainda mora no mesmo lugar, que tem difícil acesso em dias de chuva. Possivelmente, em sua infância e juventude conheceu D. Almerinda Madeira, pois se lembrava bem desta família.

onde ficaram presos até o momento do julgamento.³ A história do seu envolvimento com o movimento, que inaugurou a participação dos tenentes na vida política do país, logo após a derrota de Nilo Peçanha para Arthur Bernardes,⁴ poderá revelar a participação de soldados que tinham expectativas por dias melhores no Exército e no país.

Parece que Francisco Caetano Madeira, após resolver seus entreviros no Exército e dar baixa, aproveitou as oportunidades que a citricultura trazia para a região. Ainda não sabemos como ele conseguiu suas terras e capital, mas seu negócio com frutas começava a progredir entre o final dos anos 1920 e início da década seguinte. Uma multa de trânsito imposta a Francisco Madeira, em 11 de abril de 1932, mostra que ele era proprietário de um veículo, menos de dez anos após ser preso como soldado do Exército. Ele foi multado por infringir o artigo 248, “L”, do Regulamento da Inspetoria de Veículos que obrigava o condutor a “obedecer sem relutância às ordens e sinais dos encarregados do serviço de inspeção e fiscalização de veículos, bem como aos dos sinaleiros nos postos respectivos”.⁵ Possivelmente, Francisco Madeira não atendeu a um guarda ou funcionário da inspetoria, sendo punido por isso.

O que importa nesse episódio para nossa pesquisa é que ele era “proprietário” de um veículo automotivo no início da década de 1930. Não sabemos se era um homem “rico” como nos testemunhou sua filha, mas esse dado nos aproximou do “caminhão” que ela havia dito pertencer ao seu pai. E realmente encontramos essa informação numa fatalidade. Ao conduzir seu caminhão, ele atropelou o menino Geraldo Costa, em 8 de março de 1934, na Avenida Nazareth, que não resistiu aos ferimentos e faleceu. Por tal acidente de trânsito, Madeira respondeu a um processo na 5ª Vara Criminal.⁶ Nós ainda não encontramos o processo criminal, mas tal problema não o impediu de continuar sua vida de comerciante, prosperamente.

Em 9 de dezembro de 1939 era publicada no Diário Oficial (seção I), a inscrição da “firma Francisco Caetano Madeira, no Registro Federal de Exportadores de Frutas,

³ Gazeta de Notícias (RJ), 21 de julho de 1922, p.3. Acessado em memoria.bn.br.

⁴ PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 81

⁵ <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=47010>, acessado em 03 de março de 2013.

⁶ Diário da Noite (RJ), 11 de maio de 1934.

sob o número 177, sob as regras do decreto n.º 23835. Na mesma oportunidade e página do Diário Oficial também ficamos sabendo que ele remetera um “exemplar de rótulo da marca ‘F.C.M.’, de propriedade da mencionada firma e com o qual a mesma estava autorizada a distinguir a sua exportação de Laranjas”.⁷ Ainda não temos evidências diretas dessa empresa antes de 1939.

O decreto n.º 23835 era de 6 de fevereiro de 1934 e obrigava todos os exportadores a cumprirem metas e regras próprias para embalo, transporte e aparência das frutas para exportação. Como Francisco teve sua inscrição registrada cinco anos após a publicação do decreto, possivelmente ele teve que se adequar àquelas exigências para aí sim dar entrada em toda documentação e exportar suas laranjas. Talvez ele tenha adquirido inclusive acesso a uma *packing house*, para dar conta das exigências.

Tal entrada no comércio exterior não veio do nada e a existência de um caminhão de propriedade de Francisco Madeira, em 1934, reforça ainda mais nossas suspeitas de que ele já produzia, comercializava e transportava suas próprias laranjas para o mercado regional e nacional antes de 1939, ano em que ele conseguiu remeter suas frutas para a Argentina, como nos falou sua filha, através de uma permissão registrada junto ao Governo Federal.

Sua importância enquanto produtor e exportador de laranjas não era pequena. Um convite do Diretor de Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, em 16 de maio de 1941, o colocava ao lado de famosos exportadores da região, como Francisco Baroni, os irmãos Neck, Luiz Moura Brasil Filho entre outros.⁸ A situação parece que se inverteu nos anos seguintes, com a crise derivada da IIª Guerra Mundial, que diminuiu a exportação de frutos.

Encontramos três documentos publicados no Diário Oficial convocando Francisco Caetano Madeira para esclarecimentos, e mesmo aplicando multa àquela empresa. O primeiro entrave surge em 29 de abril de 1942. O processo 18.253-41, da Recebedoria do Distrito Federal, declarou Francisco Caetano Madeira “devedor remisso”, passando a sofrer os efeitos da “inidoneidade”. Em resumo, impedia-lhe de

⁷ *Diário Oficial da União*, Seção I, dezembro de 1939, p. 28170.

⁸ *Gazeta de Notícias (RJ)*, 16 de maio de 1941, p.15.

realizar comércio de produtos com o exterior e de ter acesso a repartições públicas importantes para indivíduos como Francisco Madeira.⁹

O segundo impacto já veio em forma de multa. A mesma Recebedoria, um ano depois lhe aplicou a multa de CR\$ 7501,50, que correspondia a 50% da transação não paga anteriormente.¹⁰ Logo, Francisco Madeira ficou endividado em quase CR\$23.000,00, ou seja, algo próximo a 76 (setenta e seis) salários mínimos, que à época valia CR\$300,00.

O resultado desse processo foi a mudança de atividade comercial. Em 1947, menos de dez anos após ter registrado uma empresa para exportação, estava ele a cuidar de um botequim. Certamente, foi uma enorme queda na vida de Francisco Madeira. De exportador de frutas cítricas a dono de um botequim. E o lugar não parecia nada respeitável ou seguro. A polícia agiu com “extrema violência”. Segundo o jornal *A Manhã*

A polícia de Nova Iguaçu, tendo à frente o delegado Pogi de Figueiredo, agindo contra os jogos proibidos, prendeu ontem na rua Emília Guaran, 1395,¹¹ nos fundos de um botequim de propriedade de Francisco Caetano Madeira, os contraventores Jorge Madeira, Jorge Caetano Félix, Walter da Silva Ricardo [...]. Praticavam o jogo denominado ‘ronda’ e diversos outros de azar.¹²

A trajetória de Francisco Caetano Madeira revela a história de um homem negro que no pós abolição vivenciou um processo de luta desde sua infância pobre, passando a soldado do Exército, perseguido como revoltoso, produtor e comerciante local de frutas, exportador e, em sua queda, a propriedade de um reles botequim na atual cidade de Queimados (emancipada de Nova Iguaçu recentemente). Procurou dar trabalho e oportunidades aos filhos, mas a guerra e a decadência da citricultura o impediram de ver seu negócio progredir pelo resto de sua vida.

⁹ Decreto-lei n. 5 – de 13 de novembro de 1937 “Art. 1º - Os contribuintes, responsáveis ou fiadores que não tiverem solvido seus débitos para com a Fazenda Nacional, nas repartições arrecadadoras competentes, uma vez esgotados os prazos estabelecidos nos regulamentos fiscais respectivos, não poderão despachar mercadorias nas Alfândegas ou Mesas de Rendas, adquirir estampilhas dos impostos de consumo”. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=13392&norma=28096>, acessado em 03 de março de 2013.

¹⁰ Diário Oficial (Seção I), março de 1943, p. 3048.

¹¹ Atualmente situa-se na cidade de Queimados.

¹² *A Manhã* (RJ), 13 de março de 1947, p. 8.

Conclusão

A narrativa ainda embrionária de Francisco Madeira reforça o que a historiografia vem mostrando há alguns anos: a história do negro no pós-abolição é mais complexa do que até recentemente imaginávamos. Se a sociologia e a antropologia já haviam contribuído para discussões sobre o tema, mas que levaram a críticas, debates e releituras ao longo do século XX, a historiografia veio recentemente ilustrar a passagem desses indivíduos na tessitura da história.¹³

Autores como Sidney Chalhoub, George Reid Andrews, Flávio Gomes, Olívia Cunha, Walter Fraga, Wlamyra Albuquerque, Ana Lugão Rios, Hebe Mattos, Carlos Eduardo Costa, Henrique Espada, Karl Monsma, Petrônio Rodrigues meu próprio trabalho e tantos outros vêm contribuindo para descrever a história dessas vidas que muito têm a nos ensinar sobre o passado de luta por empregos, pela conquista da moradia e terras, as mazelas do racismo, as trajetórias diversas de egressos, a migração dos negros, o controle e enfrentamento da polícia, a vida nas Forças Armadas etc.

Há alguns anos escrevi um artigo resultante de uma péssima experiência na correção de questões de uma prova no vestibular da UNICAMP, que muito me assustou.¹⁴ Quando perguntados sobre o que havia acontecido aos negros após a escravidão, a maior parte respondia que haviam sido levados à marginalidade, à prostituição, roubo, ações violentas etc. Tais posições correspondiam a releituras equivocadas de textos clássicos da sociologia uspiana da década de 1960 – Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso. As releituras foram realizadas por parte de autores de livros didáticos, que não perceberam criticamente o momento histórico em que essas obras estavam sendo escritas assim como os diálogos em jogo. As trajetórias de homens negros como os trabalhados nesse artigo ajudam a melhor perceber outra realidade que o fatalismo presente no pensamento de professores e mesmo autores de livros didáticos.

A trajetória de Francisco Madeira demonstra os possíveis caminhos que os negros poderiam seguir para alcançar uma melhor condição financeira e social, numa

¹³ Um bom resumo desse debate pode ser visto na Parte I de CHALHOUB, Sidney. Op. Cit.

¹⁴ NASCIMENTO, Álvaro. “Qual a Condição Social dos Negros no Brasil depois do Fim da Escravidão? O Pós-Abolição no Ensino de História”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

cidade vizinha à Capital Federal na primeira metade do XIX. Foi um empreendedor, que aproveitou um momento positivo da economia local para fundar e promover seus negócios. Foi soldado e possivelmente não estudou em faculdades. Sua passagem até a propriedade de terras e de um caminhão ainda é nebulosa, e precisamos de maiores investigações. Sua origem é mais apagada ainda que a de Silvino, embora Cabuçu fosse uma terra distante do centro de Nova Iguaçu e onde havia fazendas de escravos.

Essas são as primeiras informações sobre esse indivíduo. Ainda há muito a ser trazido com novas pesquisas. Contudo, tendo como parâmetro uma visão negativa do negro no pós-abolição, que o invisibiliza, caso não soubéssemos a cor de Francisco Madeira, ele poderia ser imaginado como um homem branco. Em outras palavras, no pensamento preconcebido dos inadvertidos, tais trajetórias não pertenceriam a homens negros. Por mais que um dia isso se torne coisa do passado, até lá, é fundamental que tragamos essas experiências, revelando a cor de pessoas pouco lembradas na História.

Bibliografia

- BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888)*. Niterói: Eduff, 2008.
- CARULA, Karoline. *A tribuna da ciência*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. [1.^a ed. 1986] Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *Campesinato negro no Pós-Abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos. Vale do Paraíba e Nova Iguaçu (1888-1940)*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. [12.^a ed.] São Paulo: Brasiliense, 1987
- DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: os processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Niterói, Pós Graduação em Educação, UFF, 2012.
- ENNE, Ana Lucia. "Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações". Em <http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm>. Consulta realizada em: 27/04/2011, 2004.

- GOMES, Flavio dos Santos; REIS, João José (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- GOMES, Flavio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*: São Paulo: Cia. das Letras. 2006.
- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Unesp, 1999.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Edur/FGV, 2007.
- NASCIMENTO, Álvaro. “Qual a Condição Social dos Negros no Brasil depois do Fim da Escravidão? O Pós-Abolição no Ensino de História”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.
- PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja: História econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005
- RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90’s): Economia e Território em Processo*. Rio de Janeiro, UFRJ-IPPUR, Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2006.
- SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Campinas, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo Cia. das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SILVEIRA, José Luis Rocha da. *Transformações na estrutura fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense (1850-1890)*. Niterói, Dissertação de Mestrado, UFF, 1998.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu.*

Rio de Janeiro: PPGAS-MN, UFRJ, mestrado, 1992.